



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2026

RECOMENDAÇÃO

PARA CONSTITUIR O MONTIJO COMO UM CONCELHO PREPARADO E RESILIENTE FACE A FENÓMENOS EXTREMOS

Considerando que:

os fenómenos meteorológicos extremos que afetaram recentemente Portugal e o Montijo, bem como o risco associado a eventos com impacto em infraestruturas críticas — como o apagão ocorrido a 28 de abril de 2025 — evidenciam a necessidade de reforçar de forma estruturada a capacidade de preparação, resposta e adaptação do concelho do Montijo a situações desta natureza.

Importa reconhecer que o Município dispõe já de um conjunto de instrumentos ao seu dispor, como o Plano de Emergência e Proteção Civil, Plano Intermunicipal de Defesa das Florestas Contra Incêndios e o Plano Municipal de Ação Climática, os quais, não obstante a necessidade de revisão e atualização periódica, integram um conjunto relevante de diagnósticos, informações e propostas particularmente úteis no domínio da adaptação e preparação da resposta aos fenómenos extremos. Estes instrumentos constituem, assim, pontos de partida sólidos para aprofundar uma abordagem mais abrangente e articulada da resiliência territorial, que integre diferentes valências e reforce a capacidade do concelho de enfrentar riscos e as ameaças de diversas tipologias.

Uma abordagem integrada permite uma gestão mais eficiente e racional dos recursos disponíveis, evitando duplicações e potenciando sinergias entre serviços, infraestruturas e agentes locais. As intervenções a efetuar neste contexto devem ter como princípio estruturante o reforço da resiliência e da capacidade de recuperação,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2026

mas sempre articulado com a melhoria das condições de vida e do quotidiano dos munícipes, assegurando que as medidas adotadas contribuem simultaneamente para a segurança, o bem-estar e a coesão territorial.

Reconhecendo a necessidade de fazer uma reorganização do território nacional e de reforçar os instrumentos colocados à disposição dos municípios e das populações para enfrentar estes fenómenos, reconhecendo igualmente as vantagens da cooperação ao nível do planeamento e da ação intermunicipal, a presente proposta visa preparar o Montijo para agir com o máximo de autonomia, mobilizando de forma coordenada e eficiente a sua população, os seus recursos e as suas infraestruturas.

Deste modo, o deputado Municipal do LIVRE vem propor à Assembleia Municipal de Montijo, reunida na Sessão de 20 de fevereiro de 2026, ao abrigo do disposto na alínea d) do art.º38.º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Montijo para que esta desenvolva um conjunto de iniciativas que permitam aprofundar o conhecimento dos riscos existentes, em função das diferentes tipologias de ameaça, avaliar a eficácia das respostas já adotadas e conceber e implementar uma ação integrada de resiliência territorial e de capacitação da resposta das instituições e da comunidade local perante fenómenos extremos.

A proposta assenta na concretização de 3 passos:

1. Relatório de avaliação dos impactos e da capacidade de resposta municipal perante os fenómenos meteorológicos extremos recentes

Solicitar à Câmara Municipal a elaboração e partilha de um relatório técnico que identifique:

- Os principais problemas e danos causados pelos fenómenos meteorológicos extremos que afetaram recentemente o concelho;



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2026

- As ações adotadas no imediato e já planeadas para resposta e mitigação dos impactos;
- As medidas já em estudo para reduzir os impactos futuros;
- As lacunas, fragilidades e/ou constrangimentos identificados na resposta das populações, do aparato operacional, na coordenação institucional ou nos meios disponíveis.

Este relatório deverá permitir uma leitura crítica da capacidade de resposta municipal e constituir uma base factual para decisões futuras.

2. Elaboração de um documento de avaliação, adaptação, preparação e recuperação do Montijo a fenómenos extremos

A partir dos instrumentos municipais e da legislação em vigor, deverá a Câmara Municipal elaborar um documento estruturante e participado que permita avaliar de forma integrada os riscos naturais (e.g. inundações, erosão, sismos, pandemias) e os riscos às disrupções das cadeias de abastecimento de bens, serviços críticos e infraestruturas do concelho (e.g falhas prolongadas de fornecimento de energia e/ou água, falhas prolongadas nas comunicações e sistemas digitais, rutura nas cadeias alimentares, na distribuição de medicamentos e na mobilidade e transportes, conflitos militares, crises macroeconómicas).

Este documento deverá mapear os locais, infraestruturas, populações e atividades mais expostas, caracterizar a tipologia, probabilidade e severidade dos riscos, bem como os potenciais impactos sociais, económicos, ecológicos e operacionais e analisar a interação entre riscos, vulnerabilidades territoriais e fatores agravantes.

Deverá igualmente prever uma atuação integrada, em consonância com as conclusões e recomendações da avaliação de riscos. A atuação deverá assegurar:



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2026

- a adaptação, preparação, resposta e recuperação do território aos diferentes fenómenos extremos;
- reforçar a autonomia operacional local, e a resiliência das cadeias logísticas, de serviços e infraestruturas municipais estratégicas em situação de crise;
- promover intervenções de adaptação do território, para reforçar a resiliência do concelho, que também promovam a eficácia das suas cadeias e infraestruturas críticas e a melhoria das condições de vida da população em condições de normalidade;
- uma abordagem estruturante e de resiliência multiriscos, permitindo evitar ineficiências e custos adicionais com intervenções sucessivas que atuam para minimizar cada fator de risco isoladamente;
- a capacitação das entidades locais, públicas e privadas, para antecipar e gerir riscos futuros no quadro de uma atribuição de responsabilidades alargadas;
- a articulação com demais planos municipais e com a legislação em vigor;

Este instrumento deverá contribuir para reforçar a robustez do território, aumentar a capacidade de resposta autónoma e eficiente dos munícipes e capacitar as entidades locais para antecipar e gerir riscos futuros.

3. Realização de uma sessão temática da Assembleia Municipal

Promover a realização, durante o presente mandato, de uma reunião temática da Assembleia Municipal dedicada exclusivamente à preparação e à resiliência do concelho face a fenómenos extremos, com base, tanto quanto possível, nos documentos já produzidos.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2026

Esta sessão deverá permitir:

- A discussão pública dos principais resultados e diagnósticos;
- O debate político alargado, com envolvimento dos eleitos, serviços municipais e entidades externas relevantes;
- A recolha de contributos para a definição de prioridades e orientações estratégicas.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 18 votos a favor, (8 do MVC + 4 do PS + 4 do PSD + 1 da CDU + 1 do LIVRE), 8 abstenções (7 do CHEGA + 1 da IL) e 0 votos contra.

